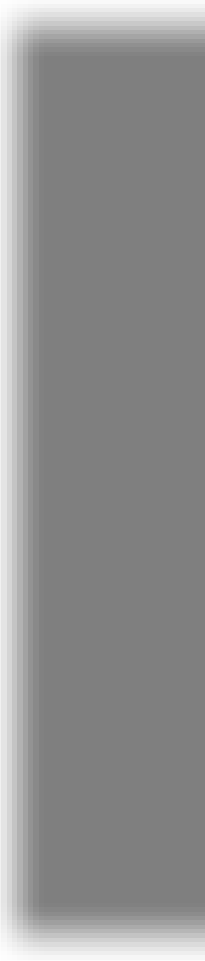




Relatório Azul 1999 / 2000





"Sero que somos
e vir a ser o que somos capazes de ser
é o único objetivo da vida."

Espinoza

Portadores de deficiências e altas habilidades



Relatório Azul 1999 / 2000



A visibilidade necessária

A situação de exclusão social vivida pelas Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades ainda permanece no Brasil, um país onde a condição de pobreza e a diferença encobrem direitos. Pouco a pouco as legislações brasileiras incorporam a presença das PPDs, tanto no cenário da cidade quanto no universo do trabalho. A discriminação e o preconceito, no entanto, ainda estão longe de ser banidos da sociedade e os poucos avanços refletem mais uma pressão econômica do que a existência de uma consciência de respeito e garantia dos Direitos Humanos às pessoas diferentes.

A falta de informações evidencia a exclusão. O perfil da PPD é formado com base em estimativas e apenas as suas necessidades básicas ganham destaque. Porto Alegre está implementando a eliminação de barreiras físicas, o governo do Estado, através da Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do RS (Faders), desenvolve a política pública estadual para PPDs e PPAHs, a legislação federal estabelece cotas de inclusão dos PPDs no universo do trabalho e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação, garante o aprendizado da pessoa portadora de deficiência dentro do sistema público de ensino. Mas a garantia e a aplicação destas poucas conquistas ainda entram no preconceito e em disputas entre os segmentos de portadores. À PPD falta a visibilidade da sua condição; à sociedade falta a condição de aceitar a diferença.

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde, somente na cidade de São Paulo, cerca de 200 mil pessoas necessitam de cadeiras de rodas para se locomover. A informação assusta o cidadão comum, que pouco encontra pessoas utilizando esta forma de deslocamento e que, na maioria das vezes, não são vistas ou percebidas porque não têm cadeiras de rodas para se locomover ou não contam com transporte público acessível para transportá-las. A depressão, a falta de condições, muitas vezes constante, leva o portador de deficiência a esconder-se em casa ou em entidades específicas.

O preconceito que pesa sobre o portador de deficiência começou a diminuir quando os filhos da classe média e alta passaram a encabeçar a lista das vítimas de acidentes de trânsito. Estima-se que no Brasil, a cada feriado prolongado, pelo menos 20 jovens adquiriram seqüelas permanentes, vítimas de acidentes de trânsito, mergulhos em piscinas e açudes, além dos feridos por armas de fogo.

Nos Estados Unidos, foi essa legião de novas vítimas que passou a exigir direito a equipamentos adequados e condições de acesso em lugares de uso público. No Brasil, o movimento cresceu depressa e conquistou uma série de mudanças nas leis que regulam as ocupações urbanas. A desinformação e o preconceito, no entanto, continuam sendo as principais barreiras.

Violência sexual contra portador de deficiência

obrigado a
fazer sexo anal
e oral.

No dia 23 de dezembro de 1999, a CCDH recebeu denúncia telefônica de violência sexual contra o adolescente D.L., portador de deficiência física e mental, durante o seu período de internação no Hospital de Caridade de Santiago, pelo funcionário F.S.. De acordo com o depoimento dos familiares, o adolescente comunicou-se com gestos, indicando que o funcionário havia lhe obrigado a fazer sexo anal e oral. A denúncia foi registrada na 21ª Delegacia de Polícia de Santiago, sob orientação do Conselho Tutelar da localidade. A família pediu auxílio à Comissão, alegando que o Hospital de Caridade de Santiago estaria tentando encobrir os fatos.

A CCDH encaminhou o ofício nº 4060/1999 à 21ª Delegacia de Polícia de Santiago, solicitando cópia de todas as peças produzidas pelo inquérito policial. O Hospital de Caridade de Santiago também foi oficiado pela CCDH - nº 4061/1999 - com o pedido de abertura de sindicância interna para apuração dos fatos, bem como o repasse de informações à 21ª DP.

No dia 27 de janeiro de 2000, conforme cópia de relatório enviado pela Delegacia de Polícia de Santiago, foi confirmada a condição de portador de deficiência física e mental do adolescente e F.S foi indiciado por atentado violento ao pudor, com base no artigo 214, c/c 224, alínea "b", do Código Penal Brasileiro.

O direito ao trabalho

"Emprego e cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência

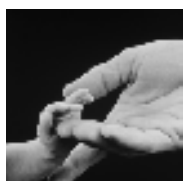
Iole Kunze¹

Na sociedade industrial, a questão da inclusão social, da construção da identidade com a sociedade organizada está, desde o final da década de 30, fortemente associada à questão do trabalho formal, já que, a partir de então, é a relação contratual de emprego que garante direitos, subvenções (auxílio doença, aposentadoria) e acesso ao consumo, habitação, lazer, enfim: bem-estar.

Nos anos 70, nos países industrializados, 82% da população economicamente ativa é assalariada. No Brasil, de cada dez ocupações geradas, oito são assalariadas, sendo sete com registro em carteira. Para a grande maioria da população (sem considerarmos os vagabundos e miseráveis) fora do mundo do emprego - do assalariamento - não há alternativa de inclusão, a não ser, de um lado, a possibilidade da livre iniciativa e todos os seus riscos e, de outro, a condição de incapacidade produtiva, sendo o assistencialismo, na forma da filantropia, o único meio de sobrevivência e identidade com a sociedade organizada. Para as pessoas portadoras de deficiência - como para os 'velhos' e os 'loucos' - esta última alternativa tem sido, historicamente, a condição de vida.

É somente no final da década de 70, no contexto da agenda mundial de discussões, conferências e pactos sobre direitos e cidadania, que a Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e a Resolução nº 2.542/75 da Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecem que estas pessoas, conforme suas possibilidades, têm, entre outros direitos, o direito a realizar trabalho produtivo remunerado e a participar de organizações de classe. Desde então, o Brasil, tanto no âmbito da União, como no dos

¹ Socióloga e diretora técnica da Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do RS (Faders).





Estados, vem constituindo uma das mais avançadas legislações mundiais de apoio e proteção ao emprego das pessoas portadoras de deficiência, bem como incluindo este setor da população nos programas de qualificação do trabalhador e de geração de emprego e renda, garantindo, inclusive, reserva de vagas.

Formalmente, toda essa legislação preconiza a ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração socioeconômica e cultural dessas pessoas, sem privilégios nem paternalismo, mas com reconhecimento de suas características e necessidades, o que implica no combate à discriminação no trabalho e na qualificação, garantindo-lhes condições de inserção produtiva no mercado de trabalho. No entanto, no Brasil, apenas 11% da população economicamente ativa portadora de deficiência trabalha, índice três vezes inferior aos da Europa e Estados Unidos. Na Alemanha, por exemplo, este índice chega a 40%. Se, de um lado, esta realidade se deve ao tipo de sistema adotado para incentivar a contratação de pessoas portadoras de deficiência, que na Europa envolve, além das cotas obrigatórias, incentivos fiscais, investimentos em adequação do espaço físico e equipamentos, por outro lado, é necessário considerar as transformações em curso no mundo do trabalho e suas consequências na questão da empregabilidade.

As transformações que afetam a economia mundial, como o surgimento de novos blocos econômicos, novos países industrializados, a liberação dos mercados, a reestruturação produtiva das empresas e na organização do processo de trabalho implicam em transformações dramáticas no mercado de trabalho, no conceito de empregabilidade e no perfil do trabalhador, exigindo novas competências e habilidades que alijam e condenam à condição de descartáveis do processo produtivo grandes contingentes populacionais. Ao mesmo tempo, vêm acompanhadas de uma flexibilização, precarização e desregulamentação do trabalho que ameaçam fortemente direitos conquistados ao longo deste século. Se, entre 1940 e 1980 observa-se, no Brasil, uma crescente incorporação dos trabalhadores no núcleo moderno da economia, com 70% das ocupações formalmente assalariadas, nos anos 90, para cada cem novos postos de trabalho que surgem, 85 são no mercado informal. Vive-se uma realidade de desemprego estrutural que atinge toda a população economicamente ativa e, neste contexto, o trabalhador portador de deficiência sofre um processo singular de exclusão: é, geralmente, menos qualificado e, além de sofrer preconceito e discriminação cultural, enfrenta condições específicas de falta de adaptação do espaço construído, do transporte, da jornada e dos processos de trabalho, pensados e elaborados segundo um padrão considerado 'normal' de ser humano.

A questão da informalidade do trabalho é apenas uma das faces da política macroeconômica brasileira, que se orienta no sentido de uma inserção na economia mundial, passiva e subordinada aos interesses do capital globalizado, de organismos internacionais e países avançados, em detrimento da construção de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentado capaz de possibilitar a inclusão dos segmentos excluídos, como as pessoas mais velhas, com baixa escolaridade, os jovens, os negros e as pessoas portadoras de deficiência.

Neste contexto, a questão da empregabilidade da pessoa portadora de deficiência, em que pese a necessidade de atender a suas características e necessidades específicas, precisa ser pensada no âmbito de uma política de inclusão de amplos contingentes da população, que têm sua capacidade de inserção produtiva na sociedade descartada pelo modelo de desenvolvimento adotado. Isto só é possível a partir de uma opção consciente por um modelo de desenvolvimento socioeconômico capaz de gerar uma nova sociabilidade, de impulsionar novas formas de organização da produção e das relações de trabalho e onde a empregabilidade formal não se constitua como pressuposto básico da cidadania e das proteções sociais.²

O Ministério Público do Trabalho na garantia do emprego a PPDs

Em entrevista da CCDH com o Ministério Público do Trabalho sobre o tema Pessoas Portadora de Deficiência (PPDs) e mundo do trabalho, o MP manifestou a sua função, bem como a sua área de atuação na defesa dos interesses difusos ou coletivos. Transcrevemos a seguir, o relatório encaminhado a esta Comissão:

² Márcio Pochmann - Desestruturação do Mercado de Trabalho. Revista Teoria e Debate, ano 11, n.º 37, 1998, pág. 46. Fundação Perseu Abramo, São Paulo; José Pastore - Entrevista ao Jornal Zero Hora. Caderno Economia, ZH de 14 de novembro de 1999; Robert Castel - As Metamorfoses da Questão Social. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1998, 2ª edição.

“Tanto a Constituição quanto a legislação infraconstitucional conferem ao Ministério Público o papel de defender a ordem jurídica, zelando particularmente pela defesa dos chamados interesses difusos ou coletivos.

A legislação pertinente às pessoas portadoras de deficiência é expressa em tal aspecto.

Inicialmente, o Ministério Público do Trabalho buscou, no ano de 1994, alertar o empresariado para a existência do artigo 93, da Lei nº 8.213/91, através do envio de correspondência a grandes empresas, o que motivou inclusive a publicação de diversas notícias na imprensa escrita. À época, considerou-se conveniente este trabalho preventivo de conscientização.

Observou-se, no entanto, que foram raras as iniciativas empresariais voltadas ao cumprimento daquela legislação, e, no final de 1998, a Procuradoria Regional do Trabalho iniciou, de ofício, um processo de fiscalização destinado a verificar o cumprimento daquela lei.

De posse da relação das empresas com mais de 500 empregados no Rio Grande do Sul (consoante informações da Caixa Econômica Federal, pertinentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), expediu-se, àquelas com recolhimento centralizado em Porto Alegre, recomendação para que prestassem diversas informações relativas ao dispositivo legal em questão.

Invariavelmente, verificou-se que as empresas não mantinham trabalhadores portadores de deficiência ou beneficiário reabilitado nas proporções exigidas.

Passo seguinte, abriu-se processo administrativo para cada uma dessas empresas, nos quais buscou-se a adesão das mesmas, de forma individual, ao compromisso de ajustar gradualmente sua situação à previsão legal.

O compromisso é assumido por escrito e consignada a obrigação da empresa de, a cada vaga aberta, buscar inicialmente um trabalhador que se enquadre nos conceitos de pessoa portadora de deficiência ou beneficiário reabilitado. Quando comprovadamente não houver candidato em tais condições para a vaga aberta, a empresa poderá contratar qualquer trabalhador. Para provar que tentou primeiro a contratação de pessoa portadora de deficiência ou reabilitados, a empresa deverá juntar certidão ou correspondência do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em tal sentido. Se a empresa não observar este procedimento, incidirão pesadas multas. Ao final de um determinado prazo – geralmente de um ano- a empresa obriga-se a disponibilizar tantas vagas quantas faltarem para a completa adequação ao que prescreve a legislação.

Quando a empresa opta por não aderir a este compromisso, o Ministério Público do Trabalho propõe ação civil pública, com pedido liminar, para que a empresa abra imediatamente tantas vagas quantas forem necessárias para a completa adequação à lei. As multas requeridas ao judiciário são, neste caso, bastante superiores àquelas previstas nos ajustes administrativos.

Nos poucos casos em que até o momento foram ajuizadas ações civis públicas, as empresas, logo após o ajuizamento da ação, aderiram ao termo de compromisso proposto administrativamente, o qual assumiu agora a condição de conciliação judicial.

A principal vantagem para as empresas em aderir ao termo de compromisso do Ministério Público do Trabalho é que poderão buscar a gradual adequação à lei, sem a necessidade de imediata abertura de vagas. Além disso, a fiscalização normalmente não autua empresas que já encontram-se em processo de regularização junto ao Ministério Público.

Concomitantemente à abertura de procedimentos administrativos contra as empresas em situação irregular, o Ministério Público do Trabalho veiculou campanha publicitária chamando a atenção da sociedade para as pessoas portadoras de deficiência, com o intuito de a todos sensibilizar para o fato de que estas pessoas possuem plenas condições para o exercício de atividades produtiva.

Composta de quatro anúncios distintos, a campanha foi veiculada nos jornais Correio do Povo, Zero Hora, Jornal do Comércio e Jornal NH.”

Exclusão da educação se reflete no mundo do trabalho

A exclusão das Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs), que começa na educação, pela falta de vagas, e de instituições adequadas a realidade da diferença, também acaba refletindo-se no mercado de trabalho brasileiro. O





estudo realizado pelo professor José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP), mostra que, no Brasil, existem nove milhões de deficientes em idade economicamente ativa. Destes, apenas 11% estão empregados. Cerca de sete milhões poderiam estar trabalhando, bastando para isso pequenas alterações no ambiente de trabalho. "Há uma legislação que obriga empresas de grande porte a reservar 5% das vagas para deficiente. No entanto, quase nenhuma empresa cumpre esta meta", afirma o professor da USP. Pastore acredita que se os deficientes forem aceitos no mercado, eles deixarão de consumir recursos de programas públicos e de famílias, passando a produzir e pagar impostos. "A deficiência tem que ser tratada como um problema social e não individual", completa o professor.

Comparando-se a taxa de analfabetismo da população brasileira, menos de 15%, verifica-se que o grupo dos portadores de deficiência não acompanha esta realidade, ficando com uma taxa de 68%. Esta estimativa foi elaborada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), em conjunto com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), do Ministério da Justiça, utilizando como base os dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um problema social – O Ministério Público afirma que está começando a fiscalizar com mais rigor as empresas que desrespeitam a legislação dos PPDs. "Com isso, já detectamos que começa uma pressão no Congresso para rever os termos da lei", afirma Ismaelita Alves de Lima, do MP. Atualmente o Ministério da Previdência Social gasta cerca de 136 milhões de reais com 900 mil pessoas, que recebem um salário mínimo por mês porque foram aposentados por invalidez. (Jornal Folha de São Paulo, 10/9/2000, página C1).

Políticas públicas

Semana da Pessoa Portadora de Deficiência

De 21 a 28 de agosto de 1999, o governo do Estado realizou a 5ª Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, com o Lema "Atuando para Transformar". Assim como o Estado e a capital, outros municípios estão organizando e regulamentando a Semana do Portador de Deficiência, com o objetivo de promover a integração das Pessoas Portadoras de Deficiências (PPDs) na sociedade.

Neste sentido, a programação da 5ª Semana Estadual iniciou a discussão sobre o conceito do atendimento prestado aos PPDs, através de um processo de ruptura da visão "atendimento/assistência" e, em seu lugar, propondo um novo paradigma com ênfase à cidadania e aos Direitos Humanos.

No município de Gravataí foi realizada a 1ª Semana do Deficiente, de 23 a 28 de agosto de 1999. O evento foi promovido pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Gravataí, com o tema "A Convivência e a Integração do Deficiente na Comunidade". No dia 23 de agosto também teve início, em Santa Maria, a 2ª Semana dos Portadores de Deficiências Físicas.

Rede de proteção às PPDs

Em resposta ao ofício nº 98/RA/2000, da CCDH, a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) enviou o relatório dos projetos e investimentos do governo do Estado na área de assistência social à pessoa portadora de deficiência. Transcrevemos a seguir parte do material recebido:

"Assistência Social à Pessoa Portadora de Deficiência
Recursos Orçados em 1999: 1 milhão, 174 mil e 530 reais
Recursos Orçados em 2000: 1 milhão, 489 mil e 150 reais

Tipo de Projeto: Integração Social às Pessoas Portadoras de Deficiência.

Caracterização do Projeto: Atendimento semanal, através de abordagem grupal e atividades de lazer, culturais e pedagógicas e sociais de pessoas portadoras de deficiência.

Tipo de Projeto: Casa-Lar para Pessoa Portadora de Deficiência.

Caracterização do Projeto: residência em sistema participativo para abrigar PPD, em condições de vida diária similares a da esfera familiar.

Tipo de Projeto: Abrigo para Pessoas Portadoras de Deficiência.

Caracterização do Projeto: Atendimento permanente e diuturno para pessoa portadora de deficiência em situação de abandono.

Atendimento regionalizado: Transferência de recursos e apoio técnico para municípios nos programas de integração social das pessoas portadoras de deficiência, abrigo, casa-lar e consórcios municipais para atendimento regionalizado de pessoas em situação de abandono.

O objetivo do programa é apoiar técnica e financeiramente os municípios na implementação da Rede de Proteção à pessoa portadora de deficiência, oportunizando a criação de vínculos, troca de experiências, resgate da auto-estima, a defesa de direitos, prevenção da exclusão social, estímulo a participação comunitária e redução de preconceito, desenvolvimento da auto estima, convívio e valorização grupal, acesso aos direitos fundamentais, desenvolvimento de aptidões específicas, tratamento e reabilitação aos PPDs

Resultados obtidos em 1999:

Atendimento em grupo de convivência a 9.750 pessoas portadoras de deficiência, de 249 municípios; atendimento em abrigo a 562 pessoas, de seis municípios; atendimento a 3.069 pessoas em Serviços de Ação Continuada. Nesses programas foram utilizados em recursos próprios e convênios, 2 milhões, 827 mil e 480 reais, atingindo uma população de 13.381 pessoas."

Benefício de Prestação Continuada

A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), do governo do Estado, em atenção ao ofício nº 98/RA/2000, da CCDH, encaminhou seu relatório de atuação no processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Transcrevemos a seguir as orientações e resultados do trabalho:

"A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família", encontram-se mencionadas na Constituição Federal de 1988 (art. 203, inciso V). Este benefício assistencial está regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), art. 2º, inciso V, como Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para efeito de concessão deste benefício à pessoa portadora de deficiência, é aquela pessoa incapacitada para o trabalho e para vida independente, não importando a idade da pessoa, que serão comprovados perante exames médicos e laudos realizados pela perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A pessoa idosa tem direito ao benefício a partir dos 67 anos. Ambos os benefícios só serão concedidos às pessoas que pertencem a famílias com renda familiar per capita inferior a 1/4 de salário mínimo, independente de serem contribuintes com a Previdência Social, portanto este é um Benefício financiado pelo orçamento da Assistência Social e somente operacionalizado pelo INSS.

A Loas, em seu art. 21, determina a revisão do BPC a cada dois anos, contados a partir da data de concessão, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.





Esta revisão consiste em dois focos de análise:

- Avaliação médico-pericial aplicada aos portadores de deficiência, realizada pelo INSS;
- avaliação das condições sociais e pessoais de entorno: tem por objetivo verificar as condições que repercutem no agravamento da incapacidade, no nível de carência e na vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência e/ou dos idosos.

Esta avaliação proporcionará um salto de qualidade no processo de concessão e na manutenção do benefício somando à avaliação clínica, à avaliação social, tornando o processo mais justo e equânime.

No ano de 1999, a Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), desencadeou em todo o país o processo de revisão do BPC, concedido no período de 2 de janeiro de 1996 a 30 de abril de 1997, conforme previsto no art. 20 e 21 da Loas.

O Estado do Rio Grande do Sul iniciou o processo de revisão, em dezembro de 1999, atingindo 14.543 beneficiários em 394 municípios. Para tanto, foi necessária a instalação de um grupo de trabalho constituído pelas representações do INSS, Dataprev, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), Comissão Intergestora Bipartite-RS e o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), com a responsabilidade pela elaboração, implementação e avaliação do processo.

A STCAS, através do Departamento de Assistência Social (DAS), firmou um convênio com os municípios, ou suas associações regionais, para a realização deste processo. Assim esta revisão está acontecendo de forma gradativa e localizada de acordo com a realidade de cada município.

A avaliação social é executada nas localidades por Assistentes Sociais, fazendo um Acróstico Social completo, que consiste em um levantamento de dados que serão utilizados para posterior avaliação da realidade social das pessoas beneficiadas e da real necessidade da manutenção dos benefícios.

Para as pessoas portadoras de deficiência, o resultado do Acróstico Social será incorporado à avaliação médico-pericial, para composição da análise do nível global de carência e incapacidade para vida independente e para o trabalho, definindo assim a manutenção ou cessação do benefício.

Prazo previsto para a conclusão da revisão dos benefícios é 30 de setembro de 2000. Em seguida deverão ser revisados os benefícios a partir desta data e assim consecutivamente."

Abrigo Nehyta Martins Ramos afasta monitor

O jovem R. S. encontrava-se com um ferimento na cabeça.

A CCDH recebeu denúncia, no dia 23 de maio de 2000, sobre um caso de agressão por um monitor do abrigo Nehyta Ramos, da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, que atingiu o jovem R.S., de 17 anos, portador de sofrimento psíquico, com uma paulada na cabeça. A agressão ocorreu no dia 19 de maio. A denúncia chegou até a CDDH por um voluntário, que em outros momentos já havia relatado situações semelhantes. O jovem teve um corte na cabeça e levou cinco pontos. A ocorrência do fato foi registrada na 4ª Delegacia de Polícia da Capital.

A assessoria da CCDH realizou visita, no mesmo dia, ao abrigo. Chegando ao local, nenhum integrante da direção foi encontrado. A informação recebida foi de que todos estavam em reunião com a Direção de Proteção – Abrigos, da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Depois de recebida pelo funcionário Jorge, foi obtido, por ligação telefônica, autorização para visita à casa.

O jovem R.S. encontrava-se com um ferimento na cabeça, com pontos. O mesmo é portador de sofrimento psíquico, não tendo condições de articular, relatar, como estava, bem como de que forma

Uma menina,
K., também
possuía um
machucado na
cabeça.

resultou a lesão em sua cabeça. O mesmo acompanhou-nos durante a visita. Primeiro, visitamos os dormitórios, refeitórios, e local de armazenagem de roupas e alimentos. No andar térreo, está localizada também a administração, com as salas todas trancadas; logo em seguida, há um quarto, no qual residem quatro meninas, que utilizam cadeiras de rodas para sua locomoção. Neste dia era aniversário de uma delas e estava recebendo outras moças para comemorá-lo. O refeitório feminino e masculino são separados, sendo que um interno estava fazendo a limpeza do masculino (varrendo o chão) e outro lavando uma das panelas da cozinha.

No refeitório feminino, há uma saída para o pátio, onde os internos estavam – meninos e meninas – observados por três monitoras. Uma menina, K., também possuía um machucado na cabeça, com pontos. Nenhuma atividade específica estava sendo realizada com os internos, eles apenas estavam no pátio, tendo recém terminado o lanche da tarde.

No local de armazenamento de alimentos, as verduras e frutas estavam a “céu aberto”, tendo geladeiras industriais, sendo que também o local é utilizado para armazenamento de equipamentos que devem ser encaminhados para conserto (duas televisões e um vídeo cassete). No local em que estão guardadas as roupas, tudo está organizado por tipo e tamanhos.

No primeiro andar, onde está localizado o dormitório feminino, existe pelo menos quatro quartos, com as camas todas arrumadas, tudo estava limpo e organizado. Alguns armários são chaveados. O funcionário afirmou que praticamente todas as internas necessitam de ajuda para vestir-se. Também neste andar há uma sala de televisão, na qual estavam três jovens assistindo a programação, disseram que preferem estar ali do que ir para o pátio.

O banheiro, que comporta os vasos sanitários e chuveiros, são frios e úmidos, estando o chão todo molhado e a instalação elétrica toda aparente, comprometendo a segurança do local. Nos vasos sanitários não existem portas e, em compartimento anexo, os chuveiros estão suspensos no teto, sendo que não existem divisões, que permitam privacidade. Os dormitórios feminino e masculino estão separados por uma porta fechada.

No andar térreo, entrada por fora do prédio, está a lavanderia, sendo que havia uma interna ajudando na lavagem das roupas (no tanque) e outra estendendo as roupas – cobertores. Em prédio anexo, está localizada a cozinha, na qual haviam duas funcionárias, uma preparando o jantar e outra fazendo os lanches. O local estava limpo e os alimentos acondicionados no refrigerador industrial. A iluminação é extremamente precária, pela existência de poucos pontos de luz e o pé direito ser muito alto. O local é amplo, mas pouco arejado.

Retornando ao prédio principal, no outro lado, subindo um lance de escadas, chega-se ao dormitório masculino, cujos quartos também estão limpos e organizados. Na sala da televisão, os meninos estavam assistindo um jogo de futebol, acompanhados por um monitor – vieram nos cumprimentar e acompanhar, fazendo perguntas sobre quem éramos e o que fazíamos. Em um dos quartos, um homem, aparentando 35 anos, portador de uma deficiência nas mãos, mostrou-nos os deveres da escola, que estava fazendo. No banheiro masculino persistem as mesmas condições do feminino.

Neste andar também está localizado o ambulatório, que estava fechado, e a pessoa responsável não atendeu às batidas na porta pelo senhor Jorge. O mesmo informou-nos que não há atendimento dentário na casa, sendo que quando há necessidade, os funcionários devem chegar cedo no ambulatório mais próximo, para pegar ficha de atendimento: os internos utilizam o mesmo serviço da comunidade.



No dia 25 de agosto de 2000, a CCDH recebeu o ofício nº160/2000, da Diretoria de Proteção Especial, informando que o funcionário responsável pela agressão contra R. S. foi afastado da sua função durante o período de sindicância e que o mesmo, comprovadas as irregularidades administrativas, foi exonerado do cargo no dia 4 de agosto.



Assistência pública aos PPDs

Em resposta ao ofício nº 74/RA/2000, da CCDH, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), da Prefeitura de Porto Alegre, encaminhou um relatório sobre as atividades envolvendo Portadores de Deficiência Física (PPDs), desenvolvidas pela instituição. Transcrevemos a seguir, parte do material recebido:

“Trabalho com Pessoas Portadoras de Deficiência - a questão da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) que, a partir da municipalização dos convênios nesta área, no ano de 1998, passou a integrar os programas/serviços da Fundação, teve importante impulso em 1999/2000, com o incremento das ações realizadas. Pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), o atendimento à PPD pertence, fundamentalmente, à área da Assistência.

A Fasc trabalha, em 2000, com 28 convênios, os quais envolvem:

- Grupos de Convivência (quatro);
- trabalho educativo (duas entidades);
- atendimento referente à habilitação e reabilitação (dezessete entidades);
- abrigagem (cinco entidades).

Os Grupos de Convivência acontecem através de encontro semanal, no qual são realizados: assembléias para deliberar acerca das atividades posteriores; comemorações e passeios.

Há Grupos para deficientes mentais adultos; deficientes físicos adolescentes e adultos; Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), isto é, com problemas de conduta na família, escola e comunidade (sem limites, que realizam pequenos furtos) e neuro-lesionados adolescentes e jovens adultos, entre 14 e 25 anos.

Cada Grupo é composto por 40 PPDs, porém, como a proposta é da participação dos familiares e há também a presença de técnicos, um número bem maior de pessoas acaba sendo envolvido. Nos Grupos, aproximadamente 25% dos PPDs pertencem não à entidade em questão, mas ao seu entorno.

Em termos do trabalho educativo, há uma oficina de informática para deficientes auditivos, com dez vagas, e outras duas de marcenaria, para neuro-lesionados.

O atendimento em Habilitação e Reabilitação é realizado em dezessete entidades.

A abrigagem se dá através de cinco entidades, sendo que três lidam com neuro-lesionados e há um abrigo para deficientes visuais, as vagas deste dividem-se em dez para a referida modalidade de PPD e cinco para idosos em situação de vulnerabilidade, sejam deficientes visuais ou não.”

“Inclusão social e PPDs

Com a concepção de que o ser humano é singular e acreditando que todos nós somos diferentes, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo, vem buscando formas de garantir espaço para todas as crianças considerando as diferenças raciais, sociais, econômicas, religiosas, culturais... na construção de um fazer pedagógico que privilegia a diversidade como potencial para as aprendizagens e para o exercício da cidadania. Neste contexto, ressalta a inclusão escolar de crianças portadoras de necessidades educativas especiais que encontram dificuldades de inserção e sucesso na instituição escolar.

A Lei de nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, situa no artigo 4º, parágrafo III, 'o atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, com preferência na rede regular de ensino, como dever do estado'.

O surgimento da Lei por si só não garante um espaço de integração destas crianças na escola regular, porém nos traz algumas possibilidades de questionar a escola sobre os impasses na consideração das diferenças, da singularidade dos alunos e das diferentes formas de aprender; bem como consolidar a escola como um espaço social, onde grupos se estabelecem e ocorre a aprendizagem na medida em que seus participantes se relacionam.

Nos anos que antecederam a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), havia escolas que recebiam alunos com as mais variadas peculiaridades e desenvolviam o trabalho de forma individualizada e solitária, tratando estes alunos como exceção, cerca de 40 crianças. Com o conhecimento da lei por parte dos pais e das instituições que atendem estas crianças, a procura aumentou consideravelmente. Surgiu a necessidade de maior organização enquanto rede municipal de ensino para garantir dentro das escolas o ingresso destas crianças assim como a promoção do aprendizado no espaço da sala de aula.

Em janeiro de 1998, os setores de Educação Infantil, Centro de Assessoria Institucional a Escola (Caie) e Alfabetização e Educação Especial começaram a se aproximar destas questões, que envolvem desde a procura da vaga na escola até a capacitação do professor. Neste momento, surgiu o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Interativa (Gepei), que dirige seus estudos para análise da construção deste trabalho.

Instituímos uma redução de 20% do número de alunos na sala de aula que, na prática, representa uma média de 20 alunos em cada sala de aula.

Além da redução do número de crianças, o professor conta, quando necessário, com o apoio de uma estudante do 2º ou 3º ano do Curso de Magistério do Ensino Médio, paga pela Prefeitura e que faz parte do Projeto Aprender Fazendo. Neste ano contamos com 83 estudantes.

Uma terceira estratégia foi a assessoria aos professores, através de grupos que se reúnem mensalmente para interlocução, estudo e reflexão acerca do tema, contando com a presença de especialistas.

Através destes dispositivos, procuramos oportunizar, além do cumprimento da LDB, a promoção da socialização e aprendizagem das crianças ditas 'diferentes'.

No ano de 2000, contamos com aproximadamente 188 crianças incluídas em Escolas de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental na Rede Municipal de Novo Hamburgo. Estas crianças são oriundas da comunidade, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)... e agora estão usufruindo um espaço que lhes pertence, que muitas vezes lhes era negado. Todas crianças têm direito à educação e na maioria das vezes, depois da família, a escola é o primeiro espaço de inserção social ao qual elas têm acesso. Para os pais é significativo reconhecer seu filho como um sujeito de possibilidades e que pode se inserir no social.

Cabe aos profissionais, à frente deste trabalho, assegurar o cumprimento da lei e também apoiar este processo através da construção de estratégias que visem o assessoramento das escolas na construção deste Projeto."

Creche não aceita portadora de Síndrome de Down

A CCDH recebeu correspondência do Serviço de Estimulação Precoce, do Centro de Avaliação, Diagnóstico e Estimulação Precoce (Cadepe), da Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (Faders), denunciando a discriminação sofrida pela menina A.P., de três anos, portadora de Síndrome de Down e impedida de ingressar na creche do Centro Social São Carlos, em Porto Alegre, sob a alegação de que não possui idade mental compatível com a idade cronológica e que teria dificuldade de integração no grupo. A.P. está em atendimento no Cadepe desde os quatro meses de idade e é considerada pela institui-





ção com plenas condições de beneficiar-se de um atendimento em creche, onde poderia estabelecer trocas com as outras crianças, visando a sua socialização. O Cadep procurou o Centro Social São Carlos, mas sua intervenção não obteve sucesso, caracterizando um claro desrespeito ao Decreto nº 914/1993, que institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conforme seu "art.6º São objetivos da (...) inciso I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade (...)".

A família de A.P. expressou o seu desejo em executar alguma ação em relação ao que havia acontecido no Centro Social São Carlos, embora não tenha mais o objetivo de matricular a criança no local, mas sim denunciar um fato que atingiu profundamente a sua cidadania.

portadora de Síndrome de Down é impedida de ingressar na creche.

Inclusão social, a dificuldade de todos

a menina
pedia para ir
ao banheiro
de cinco em
cinco
minutos.

No dia 5 de janeiro de 2000, a CCDH recebeu a denúncia da mãe de T.W., de 18 anos, portadora de deficiência física e sofrimento psíquico, que foi impossibilitada de continuar seus estudos na Escola de 1º Grau Incompleto Lar dos Pequeninos de Jesus, em Porto Alegre, por não ter condições de ir ao banheiro sozinha, nem de sair da cadeira de rodas sem auxílio. Com a alegação de que a menina pedia para ir ao banheiro de cinco em cinco minutos, e que não dispunha de pessoal para isso, a escola solicitou que a menina utilizasse fraldas, mas não se dispôs a fazer a trocas das mesmas, quando necessário. A mãe, diante do problema, se ofereceu para ir até a unidade de ensino, onde faria a troca das fraldas da filha. A oferta foi recusada pela direção da escola, que alegou não ter mais condições para atender T.W., informando que sua matrícula estaria suspensa a partir do dia 10 de dezembro de 1999.

O caso foi levado pela mãe à Secretaria de Educação (SE), em virtude da utilização de bolsa de estudos fornecida pela Secretaria. A mãe pesquisou as escolas indicadas pela SE para transferência, e solicitou a matrícula de sua filha para a unidade de ensino Nazareth, que possui em sua estrutura profissionais especializados para o atendimento de pessoas portadoras de deficiências, como natação, fisioterapia e aprendizagem. A solicitação foi negada pela SE, sob a alegação de que a instituição não oferecia o tipo de atendimento necessário para T.W., trabalhando apenas com alunos portadores de deficiência mental moderada, sem estrutura para atender alunos com deficiência física e sofrimento psíquico.

Em resposta ao ofício nº 0135/2000, enviado pela CCDH, a Secretaria de Educação informou que, pelo fato de manter convênio com o Lar dos Pequeninos de Jesus, representantes do DEE/DP e da DAE/DP, reuniram-se com a direção da instituição, para esclarecer a situação. A escola relatou ter matriculado a menina em caráter experimental, que a mãe omitiu a idade correta da menina, que a mesma permanecia na escola durante o período das aulas, "tumultuando o anda-

Portadores de deficiências e altas habilidades

mento dos trabalhos” e que também “não comparecia às reuniões marcadas e aos atendimentos oferecidos à família pela escola”. A SE também informou que, diante da insistência dos pais de T.W., que garantiram ter conseguido uma vaga na Escola Nazareth, emitiu encaminhamento para a mesma, mas não recebeu retorno da família, nem da instituição sobre a efetivação ou não da menina.

solicitou que a menina utilizasse fraldas.

Portadores de altas habilidades

De acordo com as informações da Associação Brasileira de Superdotados (ABSD-RS), não existe um levantamento concreto, no Rio Grande do Sul, e nem no Brasil, sobre o número de pessoas portadoras de altas habilidades. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 3,5% e 5%, da população são de portadores de altas habilidades, independente de classe social, raça, idade, sexo, etc. A ABSD-RS salienta que estas estimativas baseiam-se apenas em testes de QI, instrumentos estes que não conseguem detectar os portadores de altas habilidades em áreas que não a lingüística e a lógica matemática. A associação acredita que o número de casos no Estado seja bem maior do que os 350 mil a 500 mil estimados pela OMS. Em todo o país a estimativa é de 5,6 milhões a 8 milhões.

O perfil do portador de alta habilidade, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e, também pela ABSD-RS, segue a definição do estudioso Joseph Renzulli. “O comportamento de superdotado consiste em comportamentos que refletem uma interação entre os três grupamentos básicos de traços humanos – sendo esses grupamentos capacidade geral e/ou específica acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade. As crianças superdotadas e talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver este conjunto de traços e aplicá-los a qualquer área potencialmente valiosa de desempenho humano.”

Entre os principais problemas enfrentados no Estado, para o trabalho de desenvolvimento e integração social dos portadores de altas habilidades, segundo a ABSD-RS, estão a falta de um levantamento real da população e dos seus diferentes perfis, a falta de atendimento sistemático e, como grande dificultador, a veiculação de mitos e concepções errôneas sobre estes sujeitos na sociedade, o que acarreta também a falta de capacitação das pessoas envolvidas (familiares, professores e profissionais) no convívio com os portadores de altas habilidades.

Políticas públicas para os portadores de altas habilidades

O governo do Estado assinou, no dia 23 de agosto de 1999, o Decreto nº 39.678, que institui a Política Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, mas ele ainda não foi implementado.

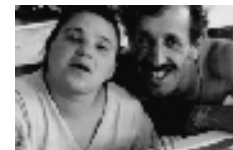
Legislação

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes

No dia 9 de dezembro de 1975, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Resolução que trata dos Direitos das Pessoas Deficientes. Transcrevemos, a seguir, a íntegra do documento, elaborado pelo Comitê Social Humanitário e Cultural da ONU:

“A Assembleia Geral,





Consciente da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social;

reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta;

recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins;

lembrando também a resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes;

enfatizando que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental;

tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal;

consciente de que determinados países, em seu atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.

proclama esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

1 - O termo 'pessoas deficientes' refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais;

2 - as pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família;

3 - as pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível;

4 - as pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7º da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas³ aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes;

5 - as pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível;

6 - as pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social;

7 - as pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos;

8 - as pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social;

9 - as pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade;

10 - as pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante;

³ "O parágrafo 7º da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas estabelece: 'sempre que pessoas mentalmente retardadas forem incapazes, devido à gravidade de sua deficiência, de exercer todos os seus direitos de um modo significativo ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódica e ao direito de apelo a autoridades superiores.'"

- 11 - as pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental;
- 12 - as organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes;
- 13 - as pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração."

Convenção 159 sobre reabilitação profissional e emprego

A Organização Internacional do Trabalho realizou, em junho de 1983, em Genebra, uma Conferência para discutir um programa de ação mundial relativo às pessoas deficientes que permitisse a adoção de medidas eficazes, em nível nacional e internacional, garantindo a sua "participação plena" na vida social e no desenvolvimento, assim como sua "igualdade". Transcrevemos a seguir a íntegra da Convenção 159, aprovada no dia 20 de junho de 1983:

"Parte I Definições e Campo de Aplicação

Artigo 1º

1. Para efeito desta Convenção, entende-se por 'pessoa deficiente' todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas, devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada;
2. para efeitos desta Convenção, todo o País Membro deverá considerar que a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim, a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade;
3. todo País Membro aplicará os dispositivos desta Convenção através de medidas adequadas às condições nacionais e de acordo com a experiência (costumes, uso e hábitos) nacional;
4. as proposições desta Convenção serão aplicáveis a todas as categorias de pessoas deficientes.

Parte II Princípios da Política de Reabilitação Profissional e Emprego Para Pessoas Deficientes

Artigo 2º - De acordo com as condições nacionais, experiências e possibilidades nacionais, cada País Membro formulará, aplicará e periodicamente revisará a política nacional sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes.

Artigo 3º - Essa política deverá ter por finalidade assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas deficientes no mercado regular de trabalho.

Artigo 4º - Essa política deverá ter como base o princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores deficientes e dos trabalhadores em geral. Deve-se-á respeitar a igualdade de oportunidades e de tratamento para as trabalhadoras deficientes. As medidas positivas especiais, com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não devem ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos.

Artigo 5º - As organizações representativas de empregadores e de empregados devem ser consultadas sobre a aplicação dessa política e em particular sobre as medidas que devem ser adotadas para promover a cooperação e coordenação dos organismos públicos e particulares que participam nas atividades de reabilitação profissional. As organizações representativas de e para deficientes devem também ser consultadas.

Parte III Medidas a Nível Nacional para o Desenvolvimento de Serviço de Reabilitação Profissional e Emprego para Pessoas Deficientes

Artigo 6º - Todo o País Membro, mediante legislação nacional e por outros procedimentos, de conformidade com as condições e experiências nacionais, deverá adotar as medidas necessárias para aplicar os artigos 2, 3, 4 e 5 da presente Convenção.

Artigo 7º - As autoridades competentes deverão adotar medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, colocação, emprego e outros semelhantes, a fim de que as pessoas deficientes possam obter e conservar um emprego e progredir no mesmo; sempre que for possível e adequado, serão utilizados os serviços existentes para os trabalhadores em geral, com as adaptações necessárias.

Artigo 8º - Adotar-se-ão medidas para promover o estabelecimento e desenvolvimento de serviços de reabilitação profissional e de emprego para pessoas deficientes na zona rural e nas comunidades distantes.





Artigo 9º - Todo País Membro deverá esforçar-se para assegurar a formação e a disponibilidade de assessores em matéria de reabilitação e outro tipo de pessoal qualificado que se ocupe da orientação profissional, da formação profissional, da colocação e do emprego de pessoas deficientes.

Parte IV Disposições Finais

Artigo 10 - As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas, para o devido registro, ao Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho.

Artigo 11

1. Esta Convenção obrigará unicamente aqueles Países Membros da Organização Internacional do Trabalho, cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral;

2. entrará em vigor doze meses após a data em que as ratificações de dois dos Países Membros tenham sido registradas pelo Diretor-Geral;

3. a partir desse momento, esta Convenção entrará em vigor, para cada País Membro, doze meses após a data em que tenha sido registradasua ratificação.

Artigo 12

1. Todo País Membro que tenha ratificado esta Convenção poderá suspender, por um período de dez anos, a partir da data em que tenha sido posta inicialmente em vigor, mediante um comunicado ao Diretor-Geral do Trabalho, para o devido registro. A suspensão somente passará a vigorar um ano após a data em que tenha sido registrada;

2. todo País Membro que tenha ratificado esta Convenção e que, no prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo anterior, não tenha feito uso do direito de suspensão previsto neste artigo será obrigado, durante um novo período de dez anos, e no ano seguinte poderá suspender esta Convenção na expiração de cada período de dez anos, nas condições previstas neste artigo.

Artigo 13

1. O Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho notificará todos os Países Membros da Organização Internacional do Trabalho, o registro do número de ratificações, declarações e suspensões que lhe forem comunicadas por aqueles;

2. ao notificar os Países Membros da Organização, o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Países Membros da Organização sobre a data em que entrará em vigor a presente Convenção.

Artigo 14 - O Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, os efeitos do registro e de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, uma informação completa sobre todas as ratificações, declarações e ofícios de suspensão que tenham sido registrado de acordo com os artigos anteriores.

Artigo 15 - Cada vez que considere necessário, o Conselho Administrativo do Escritório Internacional do Trabalho apresentará na Conferência um relatório sobre a aplicação da Convenção e considerará a conveniência de incluir na ordem do dia da Conferência a questão da revisão total ou parcial.

Artigo 16

1. No caso da Conferência adotar uma nova Convenção que implique uma revisão total ou parcial da presente e a menos que uma nova Convenção contenha dispositivos em contrário:

a) a ratificação, por um País Membro, de novo Convênio, implicará, ipso jure, a notificação imediata deste Convênio, não obstante as disposições contidas no artigo 12, sempre que o novo Convênio tenha entrado em vigor;

b) a partir da data em que entre em vigor o novo Convênio, o presente Convênio cessará para as ratificações pelos Países Membros.

2. este Convênio continuará em vigor, em todo caso, em sua forma e conteúdo atuais, para os Países Membros, que o tenham ratificado e não ratifiquem um Convênio revisado.

Artigo 17 - As versões inglesa e francesa do texto deste Convênio são igualmente autênticas."

Legislação federal garante vagas para PPDs

A Lei nº 8213, de 1991, estabelece a obrigatoriedade de vagas para Pessoas Portadores de Deficiência (PPDs) nas empresas do país. Além da obrigatoriedade, a legislação estabelece um percentual a ser cumpridos pelos empregadores. Transcrevemos a seguir, parte da lei, que apresenta os percentuais, de acordo com a quantidade de empregados:

“Lei nº 8213/1991

Art. 93 – A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregadas – 2%
- II - de 201 a 500 – 3%
- III - de 501 a 1.000 – 4%
- IV - de 1.001 em diante – 5%

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condições semelhantes.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatística sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Estatuto das pessoas com deficiência

No dia 21 de dezembro de 1999, o Diário Oficial da União publicou o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e normas de proteção. Publicamos a seguir, a íntegra do Decreto:

“Decreto nº 3298

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989,

Decreto:

Art. 1º - A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º - Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

1. deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
2. deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
3. incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

(...)

Dos Princípios

Art. 5º - A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios:

I - Desenvolvimento de ação conjunta do estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração de pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico; e





III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

(...)

Capítulo VII - Da equiparação de oportunidades

Art. 15º- Os órgãos e as entidades da administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimento de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimento de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social.

Seção I - Da Saúde

Art. 16- os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsável pela saúde devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - garantia de acesso da pessoa portadora de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

II - a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao portador de deficiência grave não internado;

Art. 17- É beneficiária do processo de reabilitação a pessoa que apresenta deficiência, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade.

Art. 18- Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa portadora de deficiência."

Política pública estadual para as PPDs

No dia 23 de agosto de 1999, o governo do Rio Grande do Sul assinou o Decreto nº 39.678, que institui a Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs) e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades (PPAHs). Transcrevemos a seguir, a íntegra do Decreto:

"Decreto nº 39.678/99:

Art. 1º - Fica instituída a Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência- PPDs – e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades- PPAHs- a ser executada em caráter permanente e de forma integrada pela Administração Estadual.

Art. 2º - É objetivo da Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência- PPDs- e pessoas Portadoras de Altas Habilidades- PPAHs- planejar integralmente, implantar e acompanhar a implementação dos projetos que garantam o acesso às ações que a compõem, através do desenvolvimento de iniciativas conjuntas do Estado, respeitadas as instâncias de controle social, de modo a assegurar a plena integração e inclusão social, econômicas, laboral e cultural das PPDs e PPAHs.

Art. 3º - A Política Pública Estadual de que trata este Decreto será coordenada e articulada pela Fundação de Atendimento ao Deficiente e Superdotado no Rio Grande do Sul- FADERS- respeitadas as instâncias de controle social vinculadas aos demais órgãos estaduais executores da presente política, e atuará:

I - Na proposição e articulação das ações do Estado para esse setor social;

II - na interlocução do Estado com a sociedade civil;

III - na proposição e articulação da política de formação e capacitação de recursos humanos do Estado.

Art. 4º - Para garantir a participação da sociedade, fica instituído o Fórum Permanente da Política Pública Estadual para PPDs e PPAHs, composto por órgãos públicos, organizações não-governamentais e entidades de atendimento e representação das PPDs e PPAHs.

§1º - Os serviços prestados pelos integrantes do Fórum não serão remunerados, sendo considerados como serviço público relevante.

§ 2º - O Fórum Permanente definirá em Regimento Interno seu funcionamento.

Art. 5º - A articulação regional e municipal da Política instituída por este Decreto será de responsabilidade das redes de serviços estaduais existentes, que se constituem em espaços de articulação das políticas públicas propostas para esse setor da sociedade.

Art. 6º - Para garantir a articulação das políticas estaduais setoriais ficam instituídos os seguintes Grupos de Trabalho – GTs, com participação das secretarias e demais órgãos públicos estaduais:

I - GT da saúde;

II - GT da educação;

III - GT da acessibilidade, desdobrado em: acesso ao meio físico e acesso à comunicação, informação e formação;

IV - GT da integração à produção e ao consumo;

V - GT de assistência às PPDs e PPAHs em situação de abandono e risco social;

VI - GT de integração social e comunitária.

Parágrafo único – Os integrantes dos Grupos de Trabalho mencionados neste artigo serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - As despesas decorrentes da implantação da presente Política Pública Estadual correrão por conta das dotações orçamentárias dos órgãos executores da Política Pública Estadual.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 36.577, de 28 de março de 1996, nº 37.532, de 08 de julho de 1997 e nº 37.667, de 20 de agosto de 1997."

Libra: a língua natural dos surdos

Em 25 de agosto de 1999, o governador Olívio Dutra enviou à Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei que dispõe sobre a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Rio Grande do Sul. Aprovada pela Assembléia, a Lei nº 11.405, de 31 de dezembro de 1999, dispõe sobre a oficialização da Libras e dá outras providências. A importância da Libras para a inclusão social dos deficientes auditivos é destacada pela argumentação de que a pessoa surda, desde sua infância, convive com a barreira lingüística determinada pela língua oral. Uma barreira facilmente transponível, se observada a forma de comunicação e o comportamento de toda a comunidade. Suas relações são harmônicas e padronizadas pela estética dos sinais, dos gestos e dos símbolos da língua de sinais: a língua natural dos surdos. A língua de sinais permite que os surdos construam uma comunidade lingüística diferente, anulando a deficiência auditiva como característica de identidade e o conceito de desvio negativo de normalidade. Apresentamos a seguir, parte da legislação aprovada:

"Art. 1º - Ficam reconhecidos, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a Libras- Língua Brasileira de Sinais e os demais recursos de expressão a ela associados, como meios de comunicação objetiva e de uso corrente.

Parágrafo único (...)

Art. 2º - Fica assegurado aos surdos o direito à informação e ao atendimento em toda a Administração Pública direta e indireta, por servidor em condições de comunicar-se através da LIBRAS.

Parágrafo único - Para efetivar o disposto neste artigo o Poder Executivo poderá estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas que atuem no atendimento dos surdos."

Legislação municipal garante a eliminação de barreiras

A Lei Municipal nº 8317/99, elaborada pela Prefeitura de Porto Alegre, estipula o prazo de três anos, a contar da data de aprovação da legislação, para que sejam eliminadas as barreiras arquitetônicas em edificações e logradouros de uso público, adaptando a cidade aos portadores de deficiência física. Juntamente com a aprovação





da Lei, foi instituída, pelo Decreto nº 12.463, a Comissão Permanente de Acessibilidade, responsável pela promoção da acessibilidade no município, bem como de normas técnicas pertinentes ao assunto e, também, a participação em convênios com esse objetivo. Transcrevemos a seguir a íntegra das suas legislações:

“Lei nº 8317/99 - Dispõe sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas em edificações e logradouros de uso público e dá outras providências.

Art. 1º - As edificações e logradouros de uso público deverão ser adequadas a fim de permitir o acesso e a circulação livre, segura e independente a todas as pessoas, em especial idosos, crianças, pessoas portadoras de deficiência, gestantes, obesos, dentre outras com limitações de locomoção.

Parágrafo único - A aprovação de projeto e o licenciamento de obras observarão o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Para efeito desta Lei, classificam-se as edificações e os logradouros de uso público nas seguintes categorias:

§ 1º - Categoria I:

- a) sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- b) prédios onde funcionam órgãos ou entidades públicas da administração direta e indireta;
- c) estabelecimentos de ensino, saúde, assistência social, bibliotecas e outros do gênero;
- d) supermercados, centros de compras e lojas de departamentos;
- e) instituições financeiras e bancárias;
- f) terminais aeroportuários, rodoviários, ferroviários e similares;
- g) cartórios e tabelionatos.

§ 2º - Categoria II:

- a) estádios, ginásios, cinemas, clubes, teatros e demais edificações destinados ao lazer;
- b) parques, praças e logradouros públicos;
- c) auditórios para convenções, congressos e conferências;
- d) bares e restaurantes;
- e) hotéis e similares;
- f) sindicatos e associações profissionais;
- g) igrejas, templos e cemitérios;
- h) outros de uso público.

§ 3º - Na hipótese de tratar-se de bem de interesse sócio-cultural, a adequação mencionada no 'caput' deste artigo deverá ser submetida a exame e aprovação da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal da Cultura - EPAHC/SMC - e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural - COMPAHC, nos termos da Lei.

Art. 4º - Fica criada a Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA, com a função de elaborar políticas públicas, programas, projetos e ações incidentes sobre o espaço construído na cidade, bem como os aspectos relacionados com a circulação e o transporte, remoção de barreiras arquitetônicas, acesso à edificação e acessibilidade em geral para todas as pessoas com dificuldades de locomoção.

Parágrafo único - A CPA será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, observada na sua composição a representação de órgãos municipais e de entidades da sociedade civil relacionados à questão.

Art. 5º - Os proprietários de edificações e logradouros já existentes, relacionados no art. 2º, § 1º, terão o prazo de 24 meses para proceder às adequações necessárias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 6º - Os proprietários de edificações e logradouros já existentes, relacionados no art. 2º, § 2º, terão o prazo de 36 meses para proceder às adequações necessárias, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 7º - Em qualquer hipótese deverão ser asseguradas as condições mínimas de acessibilidade, de forma que, diante da impossibilidade de adequação física nos termos do art. 2º desta Lei, deverão ser adotadas soluções de configurações físico-espacial alternativas.”

Decreto nº 12.463 - Regulamenta o art. 4º, da Lei nº 8317, de 09 de junho de 1999, que “dispõe sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas em edificações e logradouros de uso público e dá outras providências”.

Art. 1º - A Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, criada pelo art. 4º da Lei nº 8317, de 09 de junho de 1999, ficará diretamente subordinada à Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Acessibilidade será composta por vinte e um membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito, representantes do governo e sociedade civil, constituindo-se por:

Poder público

I – Onze representantes do Poder Executivo Municipal escolhidos dentre os servidores públicos municipais, indicados pelo Prefeito, entre os seguintes órgãos:

- a) um representante da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania;
 - b) um representante da Secretaria Municipal do Planejamento;
 - c) um representante da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio;
 - d) um representante da Secretaria Municipal dos Transportes;
 - e) um representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
 - f) um representante da Secretaria Municipal da Cultura;
 - g) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Viação;
 - h) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - i) um representante da Procuradoria Geral do Município;
 - j) um representante da Fundação de Educação Social e Comunitária (FASC);
 - l) um representante da Câmara Municipal de Porto Alegre.
- Sociedade civil

II – Cinco representantes da sociedade civil, eleitos pelo fórum permanente de Pessoas Portadoras de Deficiência de Porto Alegre, em assembléia convocada para este fim, pelo período de dois anos, permitida uma recondução;

Parágrafo único – A eleição dos representantes eleitos na forma do inciso deverá, preferencialmente, contemplar representantes das diferentes áreas de deficiência.

III – Cinco membros sem qualquer vínculo com a Prefeitura, representantes de cada uma das seguintes entidades:

- a) um representante da Sociedade de Engenharia do RS;
- b) um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do RS;
- c) um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do RS;
- d) um representante da Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre;
- e) um representante do Clube dos Diretores Lojistas.

Art. 3º - A Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA possuirá um grupo executivo composto pelos representantes do Poder Público.

Art. 4º - A presidência da Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA caberá ao representante da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 5º - Constituem atribuições da Comissão:

I - Promover, por todos os meios ao seu alcance, a acessibilidade no município de Porto Alegre.

II - Elaboração de normas relativas à matéria de sua competência, especialmente propondo planos integrados de acessibilidade, envolvendo a intervenção das várias Secretarias Municipais.

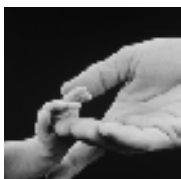
III - Coordenar as atividades de aprimoramento da Lei nº 8317/99, promovendo programas e estudos a ela relativos.

Art. 6º - A Comissão Permanente de Acessibilidade divulgará sua atuação de forma a maximizar o atendimento às normas de acessibilidade.

Art. 7º - A Comissão Permanente de Acessibilidade poderá celebrar Termos de Cooperação Técnica com entidades nacionais e internacionais, para troca de experiência na área de sua atuação.

Art. 8º - A Comissão Permanente de Acessibilidade poderá solicitar a colaboração de servidores de unidades da Prefeitura, quando necessário à consecução do seu objeto.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação."





Veículos adaptados para o aprendizado da PPD

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre promulgou a Lei nº 8286, que obriga os Centros de Habilitação de Condutores, sediados no município, a manterem dois veículos adaptados para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência. Transcrevemos a seguir a íntegra da Lei:

“Lei nº 8286 - Obriga os Centros de Habilitação de Condutores (CHCs), sediados no Município de Porto Alegre, a adaptarem dois veículos para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam obrigados os Centros de Habilitação de Condutores - CHCs, sediados no Município de Porto Alegre, a colocar à disposição de seus usuários, portadores de deficiência física, dois veículos.

§1º - Os Centros de Habilitação de Condutores - CHCs, para cumprir o previsto no ‘caput’ deste artigo, poderão associar-se entre si ou utilizar a intermediação de seu representante legal para colocar à disposição os dois veículos.

§2º - O veículo eventualmente utilizado para o aprendizado de pessoa portadora de deficiência física deverá usar, quando servido a esse fim, as sinalizações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

§3º - O veículo adaptado deverá conter comandos manuais universais tais como: empunhaduras de volante, uma alavanca de controle do freio e acelerador e caixa automática ou similar (embreagem hidráulica ou computadorizada).

Art. 2º - Fica concedido um prazo de 180 dias, após a regulamentação desta Lei pelo Executivo Municipal, para os Centros de Habilitação de Condutores - CHCs adaptarem-se a esta Lei.

§1º - Após transcorrido o prazo previsto no ‘caput’ deste artigo, as empresas que descumprirem esta Lei estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de quinhentas Unidades Financeiras Municipais - UFM's, ou índice superveniente;
- c) suspensão do Alvará de Localização e Funcionamento;
- d) cancelamento do Alvará de Localização e Funcionamento.

§2º - Em caso de reincidência, a multa cominada será aplicada em dobro.”

Porto Alegre elimina obstáculos

A Prefeitura de Porto Alegre sancionou a Lei nº 8320, que permite a implantação de aclives e declives nos meios fios, junto às faixas de segurança e em locais de grande fluxo de pedestres. Transcrevemos a seguir a íntegra da legislação:

“Lei nº 8320 - Autoriza o Executivo Municipal a implantar rampas (aclives/declives) nos meios fios, junto às faixas de segurança e em locais de grande fluxo de pedestres.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a implantar rampas (aclives/declives) nos meios-fios, em todas as faixas de segurança, bem como nos locais onde haja grande fluxo de pessoas ‘shopping centers’, supermercados, hospitais e assemelhados.

Art. 2º - Os aclives/declives citados no ‘caput’, assim como as suas sinalizações, deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).”

